



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	VALDIR ROSSONI 2º Secretário - PSDB	ELTON WELTER 3º Secretário - PT
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	PASTOR EDSON PRACZYK 5º Secretário - PRB	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Elio Rusch
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Péricles de Mello
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º A Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar acrescida do artigo 147-A que dispõe:

“Art. 147-A À exceção do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, XII, ‘g’, Constituição Federal, os incentivos e benefícios fiscais e creditícios serão outorgados a empresas que assumam o compromisso de ampliar ou manter postos formais de trabalho.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Alexandre Curi, Artagão Júnior, Teruo Kato, Miltinho Pupio, Luiz Eduardo Cheida, Carlos Simões, Marcelo Rangel, Antonio Anibelli, Edson Strapasson, Dobrandino da Silva, Rosane Ferreira, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Stephanes Júnior, Cida Borghetti, Douglas Fabrício, Jonas Guimarães, Antonio Belinati, Fábio Camargo, Luiz Fernandes Litro, Luiz Accorsi, Jocelito Canto, Luiz Nishimori, Dr. Batista, Beti Pavin, Felipe Lucas e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

Com o advento da Constituição Federal de 1988, houve um fortalecimento dos Estados e Municípios e consequentemente transferência de maior fatia do bolo tributário. A consequência disso foi uma maior autonomia das unidades federadas, que passaram a legislar sobre suas fontes de receita.

E essa maior liberdade fiscal foi um dos elementos propulsores da chamada “guerra fiscal”, termo utilizado para definir a competição tributária. Por “guerra fiscal” entende-se a disputa entre as Unidades Federadas para atrair à sua esfera de domínio investimento e/ou receita tributária oriundos de outros Estados.

O fenômeno guerra fiscal abrange políticas públicas pautadas em benefícios fiscais, financeiros e creditícios, que buscam atrair desenvolvimento para um Estado em detrimento de outras UF, ou seja, estas ações mostram que, enquanto um Estado se beneficia, gera algum prejuízo para outro.

Esta “guerra” gera conflitos na Federação. No curto prazo, o Estado que deflagra a guerra se beneficia. No longo prazo, a generalização do conflito faz com que os ganhos iniciais desapareçam, pois os incentivos fiscais perdem o seu poder de estímulo e se transformam em meras renúncias de arrecadação; além disto, os Estados que mais perderão serão os mais pobres, que, curiosamente, são os que mais concedem incentivos, uma vez que, paralelo ao desenvolvimento atraído para o seu território, desencadeia-se a contrapartida natural, ou seja, o crescimento das demandas por serviços públicos, tais como: educação, saúde, transporte, segurança, saneamento básico, entre outras despesas provenientes do crescimento populacional e da elevação da renda *per capita*.

As justificativas para tal prática sob a ótica do administrador público, são: a geração de empregos e renda; o aumento do valor adicionado ao longo das cadeias produtivas, devido à maior transformação industrial e, ainda, o aumento da receita tributária futura.

Certo é, portanto, que o Estado abre mão de sua arrecadação para ter em contrapartida os investimentos capazes de trazer melhoria de vida à população local.

Sucedem, porém, que com o advento da crise mundial - colapso do sistema financeiro mundial, a maioria das empresas que aqui se instalaram, e que para isso receberam incentivos fiscais, trilham o caminho mais fácil para a solução de seus problemas financeiros, e elegem como primeira opção para o enfrentamento dessa crise o fechamento de postos de trabalho, ou mesmo a diminuição de investimentos locais.

Por isso, é necessário criarem-se mecanismos que dificultem práticas que tais, de forma a evitar que o Estado do Paraná, no futuro, sofra com a falta de instrumentos capazes de protegê-lo da ganância e do sonho do lucro fácil.

